

A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA

Proposta de releitura para o estudo da casa urbana dos séculos XVII ao XIX

Régis Eduardo Martins

IFMG Campus Ouro Preto | regis.martins@ifmg.edu.br

Ana Paula de Moraes

IFMG Campus Ouro Preto | anapaula.moraes@ifmg.edu.br

Beatriz Ivana Guimarães Cordeiro

IFMG Campus Ouro Preto | beatrizguimaraes99@gmail.com

Beatriz Maria Graçano Dalpizzol

IFMG Campus Ouro Preto | beatriz.gracano@gmail.com

Renato George Teixeira

IFMG Campus Ouro Preto | renatogttx@yahoo.com.br

EIXO TEMÁTICO: (1) Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Resumo: A questão da casa urbana dos séculos XVII ao XIX no Brasil ainda é um tema pouco explorado e carece de uma discussão apropriada para a compreensão ideal e mais ampla desse objeto de investigação. Nesse sentido, nosso problema de pesquisa parte da necessidade de uma releitura historiográfica sobre o tema, ao qual, apesar de possuir importantes investigações desde 1915, faltam elementos capazes de gerar uma interpretação geral e, também, das inúmeras variações regionais existentes. Temos como objetivo principal propor uma representação a partir dos estudos da casa corrente, que vêm sendo construídos em Portugal desde a década de 1960. À luz desse campo, compreendemos como “casa corrente” a habitação que compõe o conjunto das antigas povoações e não se destaca pelo apuro arquitetônico ou não possui uma forma arquitetônica singular. Estamos acrescentando à expressão “casa corrente” a atribuição “luso-brasileira”, por entendermos que a matriz formal adotada nas fachadas seguiu a lógica de uma “arquitetura de programa”, baseada no contexto estratégico da administração colonial portuguesa. Para além da adoção de padrões de uniformidade nas formas externas, a construção em si também sofreu influências importantes de modelos arquitetônicos que circularam entre Brasil e Portugal ao longo dos séculos XVII e XIX. Para a construção da investigação, adotamos o método indiciário de Ginzburg (1991), de modo a criarmos um quadro de interpretação do objeto a partir das evidências disponíveis, seja na busca por fontes históricas diversas, seja pela análise das casas preservadas nos conjuntos das antigas povoações. No estágio atual do trabalho, estamos realizando uma análise tipológica da casa corrente em Ouro Preto-MG, seguindo a proposta de Martins (2021), para a qual se têm produzido quadros de interpretação do objeto em função de “variações” e “estruturas formais”, que incidiram sobre a reprodução das formas e dos aspectos construtivos e funcionais das habitações. **Palavras-chave:** Casa Corrente; Casa Urbana; História da Arquitetura; Arquitetura Luso-Brasileira; Micro-História

THE COMMON LUSO-BRAZILIAN HOUSE - A proposal for a reinterpretation of the study of the urban house from the 17th to the 19th centuries.

Abstract: The issue of urban house from the seventeenth to the nineteenth centuries in Brazil remains a scarcely explored topic and lacks an appropriate discussion for an ideal and broader understanding of this object of investigation. In this sense, our research problem arises from the need for a historiographical reinterpretation of the subject, which, despite important investigations since 1915, still lacks elements capable of generating a general interpretation as well as accounting for the numerous existing regional variations. Our main objective is to propose a representation based on studies of the “casa corrente” (common house), which have been developed in Portugal since the 1960s. Within this field, we understand “casa corrente” as the dwelling that forms part of the old cities and does not stand out for architectural refinement nor possesses a singular architectural form. We are adding the attribution “Luso-Brazilian” to the expression “casa corrente,” as we believe that the formal matrix adopted in the façades followed the logic of a “program architecture,” based on the strategic context of Portuguese colonial administration. Beyond the adoption of uniformity standards in external forms, the construction itself also underwent significant influences from architectural models that circulated between Brazil and Portugal throughout the seventeenth and nineteenth centuries. For the development of this investigation, we adopted Ginzburg’s method (1991), aiming to create an interpretative framework of the object based on the available evidence, whether through the search for diverse historical sources or through the analysis of preserved houses within the old settlements. At the current stage of the work, we are conducting a typological analysis of the “casa corrente” in Ouro Preto-MG, following the proposal of Martins (2021), which has produced interpretative frameworks of the object based on “variations” and “formal structures” that have influenced the reproduction of forms and the constructive and functional aspects of the dwellings. **Keywords:** Common House; Urban House; History of Architecture; Luso-Brazilian Architecture; Microhistory.

LA CASA CORRIENTE LUSO-BRASILEÑA – Propuesta de relectura para el estudio de la casa urbana de los siglos XVII al XIX

Resumen: La cuestión de la casa urbana de los siglos XVII al XIX en Brasil sigue siendo un tema poco explorado y carece de una discusión adecuada para la comprensión ideal y más amplia de este objeto de investigación. En este sentido, nuestro problema de investigación parte de la necesidad de una relectura historiográfica sobre el tema, al cual, a pesar de contar con importantes investigaciones desde 1915, le faltan elementos capaces de generar una interpretación general y, también, de las numerosas variaciones regionales existentes. Nuestro objetivo principal es proponer una representación a partir de los estudios de la casa corriente, que se vienen desarrollando en Portugal desde la década de 1960. A la luz de este campo, entendemos como “casa corriente” la vivienda que compone el conjunto de los antiguos poblados y que no se destaca por su refinamiento arquitectónico ni posee una forma arquitectónica singular. Estamos añadiendo a la expresión “casa corriente” la atribución “luso-brasileña”, pues entendemos que la matriz formal adoptada en las fachadas siguió la lógica de una “arquitectura de programa”, basada en el contexto estratégico de la administración colonial portuguesa. Más allá de la adopción de patrones de uniformidad en las formas externas, la construcción en sí también sufrió importantes influencias de modelos arquitectónicos que circularon entre Brasil y Portugal a lo largo de los siglos XVII y XIX. Para la construcción de la investigación, adoptamos el método indiciario de Ginzburg (1991), con el fin de crear un marco interpretativo del objeto a partir de las evidencias disponibles, ya sea en la búsqueda de diversas fuentes históricas, ya sea mediante el análisis de las casas preservadas en los conjuntos de los antiguos poblados. En la etapa actual del trabajo, estamos realizando un análisis tipológico de la casa corriente en Ouro Preto-MG, siguiendo la propuesta de Martins (2021), para la cual se han producido marcos interpretativos del objeto en función de “variaciones” y “estructuras formales”, que incidieron sobre la reproducción de las formas y los aspectos constructivos y funcionales de las viviendas. **Palabras clave:** Casa corriente; Casa urbana; Historia de la arquitectura; Arquitectura luso-brasileña; Microhistoria.

1. INTRODUÇÃO

A questão da casa urbana de matriz luso-brasileira¹ ainda é um tema longe de esgotamento na historiografia da arquitetura brasileira e tal fato se deve, em muito, aos primórdios das investigações, que, entre as décadas de 1910 e 1940, foram marcadas por disputas ideológicas. Se de início coube aos tradicionalistas² apresentar uma representação sobre a casa, com o tempo, os modernistas, tornaram-se a autoridade sobre o assunto, a partir da construção da noção de patrimônio implementada em nível nacional, pelo nascente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN). Tais disputas simbólicas, acerca da representação da história da arquitetura, marcaram o campo de pesquisas de modo profundo e até hoje repercutem entre os pesquisadores atuais. Passada a fase de disputa, entre os anos 1940 e 1980, iniciou-se um processo de representação da casa como um objeto definido pela simplicidade de formas e com pouca ou quase nenhuma variedade tipológica. A casa foi considerada um objeto de menor interesse e ausente de diversidade, conforme o discurso dos modernistas associados ao SPHAN. Esse fato que conduziu, por longo do tempo, a certo desinteresse pelo tema entre os pesquisadores da história da arquitetura.

O quadro anterior começou a ser superado, após 1980, com o trabalho de Carlos A. C. Lemos. Em seu método, Lemos partiu da utilização dos partidos arquitetônicos como chave de interpretação do objeto e propôs uma linha de entendimento que apontava para a existência de diversidade tipológica entre os exemplares. A abordagem também entendeu a casa como um fenômeno arquitetônico de várias facetas e características locais, diferentemente do que se propunha na historiografia de base modernista, associada ao SPHAN. Na esteira desse processo, nos anos 2000, Günter Weimer trouxe ao estudo da casa a definição de "arquitetura popular". Weimer defendeu que as habitações urbanas, suburbanas e rurais deveriam ser consideradas um fenômeno sociocultural, com influência de diversas tradições (portuguesa, africana, berbere, indígena etc.). A grande contribuição desse trabalho foi, sem dúvida, explorar a questão da habitação como um fenômeno multicultural, capaz de permitir uma classificação para as casas térreas, conforme o número de aberturas presentes na fachada principal.

¹ Estamos considerando a expressão "matriz luso-brasileira" como um conjunto de tradições arquitetônicas e construtivas, que conjugou aspectos diversos da produção de habitações nas culturas portuguesa, africana e indígena. Se por um lado, a expressão plástica da casa urbana seguiu a tradição ibérica, as formas de construir e de uso dos materiais comportaram contribuições importantes das outras duas tradições.

² O grupo dos "tradicionalistas" era representado, principalmente, por Ricardo Severo e José Marianno Filho e possuía base no pensamento que deu origem à arquitetura neocolonial, com forte dedicação às questões formais das manifestações arquitetônicas do período colonial. Por outro lado, encabeçava o grupo dos "modernistas", Lucio Costa, que, associado ao nascente Serviço do Patrimônio, defendeu uma linha de investigação baseada na noção de "saúde plástica perfeita" e na existência de um elo racionalista, capaz de conectar a arquitetura luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII à desenvolvida pelo movimento da arquitetura moderna. Mais aspectos sobre essa questão podem ser verificados no capítulo dois da tese "A casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes (séculos XVIII e XIX)".

Lemos e Weimer podem ser considerados, na atualidade, os principais investigadores sobre a casa urbana, em função da inegável contribuição de suas pesquisas e dos métodos de trabalho bem delineados. No entanto, pela natureza de suas propostas, as análises - por meio do "partido arquitetônico" ou sob o prisma de "arquitetura popular" - ainda não são suficientes para abordar o tema de modo suficiente. A compreensão da casa urbana exige uma sistematização maior, para se conseguir um estudo apropriado sobre a diversidade tipológica dos exemplares e suas manifestações regionais. Em primeiro lugar, é preciso tratar a casa urbana de matriz luso-brasileira a partir do entendimento de que houve duas categorias de manifestação: a casa senhorial e a casa comum. Essa categorização permite, sobretudo, separar os fenômenos conforme as dimensões plásticas, construtivas e funcionais, aplicadas a cada contexto. Apesar da semelhança que conecta o aspecto formal das casas luso-brasileiras em geral, existem importantes aspectos a diferenciá-las e é preciso considerar tal fato na investigação do tema.

Em outra linha de abordagem, no nosso percurso de investigação, compreendemos que a utilização da terminologia e do método associado à investigação da "casa corrente" poderia dar significativas contribuições para tratar o problema da representação da casa urbana. O campo da casa corrente está sustentado em um robusto lastro de pesquisas realizadas desde 1960, na historiografia da arquitetura portuguesa. Ainda pouco explorado no Brasil, o estudo da casa corrente luso-brasileira possui bastante potencial para uma compreensão ampliada do problema da casa urbana, pois permite categorizar os exemplares conforme as localidades e suas variações tipológicas. Isso é fundamental para o tratamento da casa no contexto brasileiro. A diversidade de soluções - formais, construtivas e funcionais - assume contornos de regionalidade, sem deixar de pertencer a uma matriz luso-brasileira, o que conferiu às expressões arquitetônicas um certo ar de família. A partir dessa base de interpretação, a proposta de investigação da casa corrente luso-brasileira explora a análise tipológica dos exemplares, de modo a apresentar uma forma de categorização capaz de organizar grupos de reprodução das soluções. A estes, incluímos outros parâmetros destinados a identificação de padrões que permitem uma avaliação transversal do objeto, onde o caráter da tipologia não seria suficiente para tratar as características das casas, quando analisadas individualmente.

Para o tratamento das tipologias da casa corrente luso-brasileira, primeiramente, dividimos a análise em famílias de partidos arquitetônicos: casas térreas e sobrados. O número de pavimentos, para além da questão da volumetria, foi um elemento fundamental para a organização do programa de necessidades das habitações urbanas. Em outra via, estas designações foram indicadas constantemente na documentação produzida pelas Casas de Câmaras em todo o país, permitindo-se a fácil correlação entre os registros do passado e o processo de análise dos exemplares existentes na

atualidade. Diante disso, classificamos as "variações formais"³ possíveis em cada partido arquitetônico, conforme o número de aberturas presentes na fachada junto ao pavimento destinado à moradia. Optamos por essa solução, em função da quantidade de portas ou janelas junto ao térreo nos sobrados, que, em muitos casos, se difere dos pavimentos superiores. Cabe destacar que as "variações formais" possuem relação com a dimensão⁴ plástica, tendo-se em vista como o arranjo das fachadas é definido a partir do número de aberturas. Isto tem interferência direta na dimensão funcional das casas, pois as portas de acesso determinam a estrutura da circulação interna e da distribuição dos cômodos.

Quadro 1: Categorização da Casa de Matriz Luso-Brasileira

Categoria = Casa de Matriz Luso-Brasileira	
Subcategorias = Casa Urbana / Casa Rural	
Tipos = Casa Corrente / Casa Senhorial	
Partidos Arquitetônicos = Casas Térreas / Sobrados	
Variações Formais dos Partidos Arquitetônicos da Casa Corrente	
CASAS TÉRREAS	SOBRADOS
Casa de porta e janela	Sobrado de frente estreita (até 3 aberturas)
Casa de meia morada	Sobrado de frente larga (mais de 4 aberturas)
Casa de ¾ de morada	Sobrado de três ou mais pavimentos
Casa de morada inteira	Sobrado com camarinha
Casa de morada e meia	Sobrado com influência da casa senhorial
Casa de duas moradas	Sobrado oitocentista (frente larga e pés-direitos acima de 18 palmos)
Casa de mais de duas moradas	Sobrado com balcão
Casa térrea com camarinha	Casa com andar sobrado no subsolo

A tabela apresenta a categorização da casa de matriz luso-brasileira, conforme a análise tipológica empreendida no estudo realizado. O principal aspecto a ser destacado é a adoção das variações formais, que podem ser aplicadas aos diversos conjuntos urbanos brasileiros.

Fonte: Autoria própria.

A lógica de classificação - em partidos arquitetônicos e variações formais - organiza o modelo de compreensão exposto, indicando um método replicável em diversos cenários. Esta proposta, inaugural no contexto da historiografia da arquitetura brasileira, buscou estabelecer bases para o tratamento do objeto de pesquisa no contexto das antigas povoações mineiras⁵ dos séculos XVIII e XIX. Pela natureza, também, também pode fornecer subsídios para a investigação em diversos contextos. Por outro lado, a solução apontada, igualmente, busca evitar a adoção de categorias de pouca aderência ao cenário da casa urbana luso-brasileira, como as construídas a partir das noções de "arquitetura popular" ou "arquitetura vernacular".

³ Variações Formais: associam-se aos modos de concepção dos partidos arquitetônicos, com impactos sobre o modo de organização interna das casas (funcionalidade e número de pavimentos) e as soluções adotadas nas fachadas principais.

⁴ A utilização do termo "dimensão" - associando a este as designações "plástica" (venustas/voluptas), "funcional" (utilitas/comoditas) e "construtiva" (firmitas) - parte de uma interpretação baseada na tríade vitrúvio-albertiana para a arquitetura.

⁵ O método utilizado foi desenvolvido por Martins (2021) para a análise da casa corrente luso-brasileira nas cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei e Tiradentes.

Figura 1: Variações Formais Casa Corrente Luso-Brasileira - Casas Térreas e Sobrados



As imagens reproduzem a sequência contida no quadro 1, com a adaptação necessária para ilustrar as "variações formais". Estão registradas casas de Ouro Preto, Santa Luzia, Diamantina, Serro, São João del Rei, Conceição do Mato Dentro e Sabará (MG), Salvador (BA).
 Fonte: Autoria Própria.

Buscando-se uma interpretação mais abrangente foi preciso, igualmente, indicar uma solução para a análise dos aspectos ligados às formas de edificar. Para além da mera reprodução de uma tradição, percebemos a existência da circulação de uma cultura construtiva em certo grau de transformação nos séculos XVIII e XIX, modificada conforme se reproduziam na Colônia os novos modelos arquitetônicos. Essa cultura em igual medida incorporava as medidas de controle do "fazer-cidade"⁶ implementado pelas Casas de Câmara. A necessidade de tratar essas variáveis nos levou a incluir uma segunda classificação, a "estrutura formal"⁷.

Quadro 2: Estruturas Formais Identificadas para a Casa Corrente Luso-Brasileira

Estrutura Formal		Descrição
Tardo-medieval		A estrutura formal tardo-medieval não foi baseada em modelos arquitetônicos e correspondeu à reprodução de partidos existentes na Alta Idade Média, que foram trazidos pelos colonizadores na primeira fase da ocupação litoral da colônia. Resultado da ausência ou pouca efetividade da regulação urbana nas povoações, entre as casas correntes essa estrutura foi marcada pela larga utilização da apropriação ou usurpação do espaço público. Como resultado pode-se verificar ainda a ausência de alinhamento das frentes em relação às ruas e na constante presença de andares salientes, varandas ou balcões avançados sobre as vias de circulação. (Martins, 2021, p. 384-385)
Moderno-Manuelina		[...] esta solução se definiu pelas formas introduzidas pelo modelo arquitetônico manuelino, a partir do Regimento da Ribeira das Naus, de 1498. [...] a estrutura formal moderno-manuelina baseou-se na adoção de pés-direitos de 12 palmos, contrastando com os 10 palmos comuns à casa corrente portuguesa do Medievo. Os vãos [...] também seriam regrados com a utilização de espaços de 4 palmos de altura e largura das janelas de peitoril ou 5 palmos de distância entre os marcos e altura de 10 palmos para as portas. (Martins, 2021, p. 386-387)
Moderno-Pombalina	Lisboeta / Soteropolitana	A estrutura formal moderno-pombalina foi difundida [...] a partir da segunda metade do séc. XVIII. [...] a utilização dos padrões esteve ligada mais ao dimensionamento dos pés-direitos do que na utilização dos módulos "porta + janela de sacada" e das cornijas de 2 ½ palmos. Em linhas gerais, o que as diferenciou em termos de solução foi a utilização de altimetrias idênticas para os pavimentos, com cerca de 15 palmos cada um, ou a adoção de pés-direitos variáveis segundo as regras do modelo arquitetônico soteropolitano, 16 palmos no térreo e 18 no andar sobrado. (Martins, 2021, p. 387-388)
Oitocentista		[...] a estrutura formal oitocentista correspondeu à produção arquitetônica do séc. XIX exemplificada pelas normas constantes no Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 1854 [...]. O aumento da volumetria da edificação – baseado em pés-direitos de 20 palmos para os térreos, 19 para o primeiro sobrado e 18 para o segundo – foi acompanhado do aumento de ornamentação nas fachadas, que foram dotadas de pilastras com embasamento e capitel, frisos, cimbalhas de perfil recortado ou beiras-seveiras, alguns tipos de estuque ou detalhes neoclássicos ou ecléticos. (Martins, 2021, p. 389)

Fonte: Martins (2021) - Adaptado.

⁶ "Fazer-cidade" é uma expressão empregada por Trindade (2013), que corresponde aos processos presentes na antiga lógica de produzir espaços urbanos em Portugal. Segundo a autora, a observação das características das povoações permitiu confirmar a existência de "uma maneira de [fazer-cidade], um conjunto de normas e procedimentos, mais do que um modelo. Em síntese, o que caracterizaria a cidade portuguesa". (Trindade, 2013, p. 28)

⁷ Estruturas formais: consistem em arranjos baseados em uma cultura construtiva ou em modelos arquitetônicos circulantes entre os séculos XVII e XIX, capazes de influenciar as dimensões adotadas nas edificações e os sistemas construtivos a serem utilizados.

Tal estratégia organiza o processo de análise morfológica das edificações e contempla a observação dos elementos que impactam a casa corrente do ponto de vista construtivo. Esta metodologia tem aplicação fundamental para a análise tipológica de exemplares ainda existentes e se aplica, sobretudo, para o tratamento de conjuntos urbanos preservados ou de habitações em contextos isolados. Também, há a possibilidade de se realizar uma abordagem sem se considerar as "estruturas formais", no caso de o estudo se realizar a partir da documentação imagética e documental. Nesse caso, o tipo de informação a ser tratado indicaria qual o alcance para a compreensão ou não da dimensão funcional.

Por fim, propomos neste artigo uma apresentação dos princípios fundamentais do estudo da casa corrente luso-brasileira, considerando-se, com suas limitações, os meios de explorar um método inovador para o tratamento do problema. Apesar de não ser a única e, talvez, nem a mais completa forma de compreender o fenômeno da casa urbana na historiografia da arquitetura brasileira, o que ansiamos é lançar luz sobre a questão e, assim, reunirmos nossos esforços ao de outros pesquisadores que buscam um propósito similar. Este artigo propõe apresentar um quadro de interpretação para a casa urbana, construído a partir da tese desenvolvida por Martins (2021). Para tanto, será necessário dialogar brevemente com a produção historiográfica no campo da arquitetura brasileira, de forma a observar as incongruências e incompletudes, quando se analisa os diversos ciclos de produção de conhecimento sobre a casa. Também serão apresentados aspectos importantes acerca da constituição do estudo da casa corrente em Portugal, a fim de se entender as bases utilizadas.

8

2. O ESTUDO DA CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA

A casa corrente é a casa comum, um tipo de habitação que compõe os conjuntos arquitetônicos das antigas vilas e cidades, sem se distinguir pelo apuro arquitetônico ou pela adoção plena da erudição. Deste modo, a casa corrente está em posição distinta à das casas senhoriais, que incorporaram em seu feitiço recursos de imponência construtiva e pormenores distintivos⁸. Em essência, o tipo arquitetônico "casa corrente", envolve, grosso modo, uma série de manifestações anônimas, erguidas sem a participação de arquitetos ou mestres de risco. Amplamente difundidas nos tecidos urbanos das povoações, são, portanto, as edificações que constituem a fisionomia tão evidenciada nas cidades de tradição portuguesa, de modo que oferecem a percepção de um certo "ar de família" à forma das casas, independentemente do lugar.

A interpretação de que a "casa corrente" constitui um tipo arquitetônico buscou apontar uma nova direção para a investigação da casa urbana luso-brasileira, que ao longo do tempo acabou demarcada por uma série de denominações pouco específicas ao

⁸ Termo adotado conforme Tomé (2017, p.188), sobre o estudo da topologia e da tipologia arquitetônica das casas urbanas de Setúbal. Os pormenores distintivos correspondem aos elementos decorativos aplicadas aos edifícios, como pilastras, capiteis, cimbalhas, ornatos diversos, pinturas e outros tipos de acabamento decorativo.

tratamento do objeto: arquitetura civil, casa de residência, residências, arquitetura popular, arquitetura vernacular, entre outros⁹. No caso brasileiro, os estudos fundadores¹⁰ promovidos pela “geração SPHAN”, entre os anos 1930 e 1970, demarcaram a linha estrutural da historiografia da arquitetura, ainda que não tenham sido os pioneiros nesse campo (MARTINS, 2021). Conduzidos por esta linha, muitos dos trabalhos realizados sobre a casa urbana acabaram estigmatizados por uma interpretação de falta de variedade tipológica e foram guiados a um certo descaso no tratamento do tema. A frase de Louis Léger Vauthier – “quem viu uma casa brasileira viu quase todas” – foi utilizada intencionalmente como um fato científico e ecoou significativamente na obra de diversos pesquisadores; até que, a partir do início dos anos 1980, Carlos C. Lemos explorou novas bases de interpretação, tendo como ponto de partida a análise da casa em função dos partidos arquitetônicos. A grande contribuição de Lemos (1996; 2015) para a releitura do tema foi ampliada por Weimer (2005) – na lógica da arquitetura popular. Contudo, o último não conjugou com Carlos C. Lemos uma categoria de pesquisa coesa.

Diante desse contexto aberto e de difícil categorização, optou-se por utilizar-se do lastro de conhecimento produzido para a casa corrente em Portugal, a fim de se definir uma metodologia mais ajustada ao tratamento da casa urbana erguida nos séculos anteriores no Brasil. O intento foi o de especificar acertadamente qual o objeto que estava-se descrevendo na categoria “casa” e evitar a polissemia de interpretações presentes na historiografia local. Deste modo, como casa corrente luso-brasileira se delimitou analisar manifestações arquitetônicas de finalidade residencial ou mista; com a presença de formas estabelecidas a partir da lógica de uniformidade; capazes de serem enquadradas entre modelos arquitetônicos circulantes nos séculos XVIII e XIX; e, conseqüentemente, caracterizadas pela pequena presença ou mesmo a ausência de recurso de erudição nos arranjos externos (fachadas) e internos (plantas).

Em Portugal, a investigação da casa corrente teve advento nas obras de A. H. de Oliveira Marques e Vítor Manuel Pavão dos Santos, ambas publicadas em 1964. Estes autores deram origem a um campo de estudos para a casa corrente medieval, que tem reunido importantes pesquisadores, como: Manuel Sílvio Conde, Paulo Drumond Braga, Maria Ângela Beirante, João José Alves Dias, Luisa Trindade, Iria Gonçalves, Maria da Conceição F. Ferreira e Ângela C. A. da Silva. Já acerca da casa corrente de época

⁹ De acordo com Martins (2021, p. 359), “[...] com a efetivação do controle urbanístico realizado no âmbito da administração colonial por seus diversos entes e instituições, como objeto de estudo, a casa corrente luso-brasileira deixa de ser pautada pelos principais atributos que poderiam permitir as classificações “vernacular” ou “popular” [...]. Com a interferência das ações de imposição de regularidade e de uniformidade no cenário urbano, observamos uma condição baseada na utilização de modelos arquitetônicos para a tentativa de se alcançar uma arquitetura de programa que, sobretudo, pudesse representar a presença do Rei e de seu aparato administrativo em todos os locais”.

¹⁰ Martins (2021).

moderna portuguesa, destacam-se Liliana Andrade de Matos e Castilho e o brasileiro, Pedro P. Palazzo.

De acordo com Castilho (2015), a terminologia “casa corrente” não busca denominar uma expressão individualizável e específica de habitação, mas funciona como uma ferramenta de interpretação, na qual se permite o agrupamento de “realidades habitacionais diversas”. Entendemos que, no caso da arquitetura luso-brasileira, a adoção do termo resolve um grande impasse. De um lado tem-se o tipo “casa corrente”, que corresponde às habitações componentes do conjunto, de outro, a “casa senhorial”, o exemplar cercado de certo grau de erudição, a exceção frente a um conjunto edificado criado pelas pessoas comuns. No contexto do fazer-cidade relativo aos séculos XVIII e XIX, tal quadro de classificação tem grande aplicabilidade para o estudo desse fenômeno.

3. ASPECTOS IMPORTANTES QUE INCIDIRAM SOBRE A CASA CORRENTE

Tendo-se posicionada a questão do uso da terminologia e dos fundamentos da investigação, um dos aspectos a serem discutidos é o caráter de reprodutividade das soluções, quanto às dimensões construtiva, funcional e plástica das edificações. Apesar da casa corrente não apresentar uma arquitetura individualizável, como a da casa senhorial, podemos apontar para a existência de um contexto de reprodução das habitações baseado em princípio da repetição de programas de necessidades e de métodos construtivos similares. No geral, o pavimento da moradia teve sua dimensão funcional organizada por zonas de uso, associadas aos cômodos (salas - receber/socializar/trabalho masculino, alcovas - dormir e cozinhas/varandas - fazer doméstico/trabalho feminino). Apesar de ser uma tendência no contexto brasileiro, tal modo de organização interna também pode ser observado em exemplares de Portugal e dos Açores. Quanto às soluções empregadas ao construir, foi bastante recorrente, no interior do Brasil, o uso das estruturas de madeira, material abundante em quase todas as partes do país. A reprodução desse processo construtivo, presente na tradição portuguesa, impactou de maneira decisiva as dimensões das construções, fazendo com que prevalecesse a adoção de larguras de até 30 palmos¹¹ para o intervalo entre as paredes laterais. Para a vedação das estruturas, preferiu-se técnicas construtivas que se integrassem às gaiolas de madeira, como a alvenaria de adobe ou tijolos cerâmicos, a taipa de mão ou o tabique. No litoral brasileiro, em função das condições climáticas e da cultura construtiva em circulação, a madeira foi utilizada de maneira mais racional, sem tanta aplicação nos elementos estruturais do corpo da edificação, mas servindo aos pisos, forros, elementos de vedação e para a sustentação das coberturas. Para o fabrico das paredes preferiu-se as alvenarias de pedra ou tijolos cerâmicos.

¹¹ Os vãos de até 30 palmos de largura (3 braças = 660cm.) correspondiam ao que as vigas de madeira seriam capazes de suportar sem deformações (Carita, 1999). Isto, inclusive, levou à predominância da variação formal das “casas de meia morada” em todo o Império português.

Em outro aspecto, as soluções associadas ao arranjo das fachadas e a disseminação das estruturas formais, como apontou Martins (2021), foi influenciada por modelos arquitetônicos, circulantes no Império português durante a Idade Moderna. Reis Filho (1968), Delson (1979), Marins (2001) e Teixeira (2012) destacaram o aumento do processo de interferência da Coroa portuguesa, um movimento de controle urbanístico sobre as povoações brasileiras, a partir da segunda metade do séc. XVII. A disciplina das povoações era um instrumento essencial para a Coroa portuguesa se fazer representar como uma figura presente, mesmo em locais mais distantes. Isto refletiu sobre a casa corrente luso-brasileira em todo o Brasil, tendo como ponto de apoio uma implementação conveniente de um dos documentos antigos portugueses mais importantes, as Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Espécie de Constituição criada ao longo do Período Moderno em Portugal, as Ordenações foram a base normativa para as decisões tomadas, fosse no âmbito das posturas públicas emanadas pelas Casas de Câmara, fosse na atuação dos almotacés nas ruas aplicando o controle desejado às povoações e seus moradores. Somou-se a isto a influência de uma série de decretos e autos criados por diversas Instâncias Reais, destinadas a normatizar a expansão urbana e arquitetônica no mundo português¹².

Com a reorientação da exploração da Colônia após a restauração do trono, a administração colonial buscou, no aumento do controle sobre as povoações, implementar, sempre que possível, os princípios de uma arquitetura de programa. Isto, como demonstraram Carita (1999) e Martins (2021), teve apoio na circulação de modelos arquitetônicos ao longo do período moderno, criados em princípio na Metrópole, mas que, com o avanço da consolidação das medidas no fazer-cidade no contexto brasileiro, acabaram por gerar soluções locais. Se de início, a falta de regramento sobre as povoações levou à reprodução de padrões similares aos representados pela arquitetura da Baixa Idade Média em Portugal, ausentes de uniformidade (Martins, 2021) e marcados pela difusão de rótulas e balcões de todas as espécies, como destacou Marins, (2001). A duras penas, o cenário de irregularidade formal foi sendo substituído pelos padrões da Era moderna provindos do Reino. De acordo com a investigação de Martins (2021), pelo menos dois modelos arquitetônicos foram difundidos até o início do séc. XIX. O primeiro foi baseado nas intervenções realizadas a mando do rei D. Manuel I na Ribeira lisboeta, no alvorecer do séc. XVI. Já o segundo ocorreu como resultado da arquitetura de programa implementada por Manuel da Maia na reconstrução das casas na Baixa Pombalina. Com o tempo, outros modelos foram sendo criados, como, por exemplo, o apresentado pelas posturas da Casa de Câmara de Salvador-BA, em 1785, que determinava as dimensões dos pés-direitos e os

¹² A questão urbanística e arquitetônica ocupou papel essencial no contexto administração colonial portuguesa. Dotar as povoações de aspecto similar e ordenado tornou-se um recurso estratégico de se fazer sentir a presença da Coroa e disciplinar as populações. No período pombalino, consolidou-se um processo de disciplina urbanística vindo diretamente de Portugal com oficiais e engenheiros militares, que determinaria marcantes padrões de uniformidade e regularidade para a casa corrente. Em muitos casos, o rigorismo das normas dilui-se entre a conveniência da aplicação e a gestão dos ânimos dos moradores.

tamanhos das aberturas, a serem utilizadas nas construções. Tudo isto repercutiu sobre as "estruturas formais", fazendo com que os padrões, circulantes via cultura construtiva ou indicados pelos modelos arquitetônicos, fossem empregados nas habitações.

Nesse sentido, as quatro "estruturas formais" - Tardo-Medieval, Moderno-Manuelina, Moderno-Pombalina (Lisboeta e Soteropolitana) e Oitocentista - estão diretamente associadas aos modelos arquitetônicos.

Quadro 3: Estruturas Formais - Padrões Dimensionais

Medidas prevalentes (em palmos)				
Estrutura Formal	Pés-Direitos*	Vãos		
		Porta	Janela de Peitoril	Janela de Sacada
Tardo-medieval	10 (média)	n/id.	n/id.	n/id.
Moderno-Manuelina	12	5 (largura) / 10 (altura)	4 (largura e altura)	duplo quadrado quando existente
Moderno-Pombalina (Lisboeta)	15 (CT) / 16 (AT) + 15 (SB) / 16 (AT) + 15 (1SB) + 14 (2SB) / reduzindo-se 1 palmo a cada pavimento acrescentado	n/id.	n/id.	n/id.
Moderno-Pombalina (Soteropolitana)	18 (CT) / 16 (AT) + 18 (SB) / 16 (AT) + 16 (1SB) + 18 (2SB)	5 ½ (largura) / 10 (altura)	4 (largura) / 4 ou 7 (altura)	5 ½ (largura) / 10 (altura)
Oitocentista	20 (CT) / 20 (AT) / 19 (1SB) / 18 (2SB) / reduzindo-se 1 palmo a cada pavimento acrescentado	5 ½ (largura) / 13 (altura)	5 ½ (largura) / 8 ½ (altura)	5 ½ (largura) / 13 (altura)
1 palmo = 22cm. / 1 vara = 5 palmos = 110cm. / 1 braça = 220cm. * Abreviações = CT – Casa térrea / AT – Andar térreo / SB – Sobrado / 1SB – Primeiro Sobrado / 2SB – Segundo Sobrado / n/id. – não identificado.				

As estruturas formais indicadas correspondem a padrões encontrados na investigação realizada por Martins (2021). No andamento de nosso trabalho de pesquisa, temos identificados outros padrões que irão complementar esses dados no futuro, como, por exemplo, a variação de 1/2 palmo na largura entre portas e janelas - verificada em Pirenópolis, São Bartolomeu e Ouro Preto. Para efeito de cadência da escrita do trabalho, as características de cada estrutura formal serão apresentadas no item seguinte.
Fonte: Autoria própria.

Cada uma correspondeu a um conjunto de regras aplicadas de forma empírica e conveniente, mesmo quando definidas entre as posturas camarárias. O empirismo ocorreu, como não havia um regime de aprovação de alçados ou prospectos, pelo controle da atividade construtiva realizado pelo almotacé designado pela Casa de Câmara. As correções eram realizadas por meio da oralidade e, somente em casos mais destacados, a demanda era resolvida em audiência e constava o registro nas atas. Já a conveniência se deu a partir da aplicação de medidas que não "ofendessem" os moradores da povoação, fazendo-se impor as regras quando as construções fossem reformadas ou reconstruídas. Mesmo nos casos de grave afronta ao direito comum, como nas invasões do espaço comum pelos balcões e andares corridos, as intervenções só ocorriam em momento oportuno e conveniente à realização das mudanças. Desse modo, a atualização das "estruturas formais" ocorreu de modo lento, se tomarmos o caso do conjunto consolidado. Para as obras novas seriam adotados os padrões vigentes, fazendo-se com que a dimensão plástica das casas assumisse

distintas formas. Apesar de ser possível associar marcos temporais a cada uma das "estruturas formais", não é adequado utilizá-las para a determinação da época de construção ou da atualização da casa. A implementação dos padrões não foi uniforme entre as povoações e, na maioria dos casos, as habitações passaram por reformas e modificações ao longo do tempo, levando a alterações das proporções.

Figura 2: Exemplo da Diversidade de Estruturas Formais entre a Casa Corrente



As imagens demonstram em Pirenópolis-GO (1), Ouro Preto-MG (2), Sabará-MG (3), Olinda-PE (4), Itabirito-MG e Pirenópolis-GO (6) a ocorrência de "estruturas formais" diferentes. Na linha 1, pode-se notar como a adoção de padrões diversos levam à variação dos pés-direitos e do tamanho e forma das aberturas. Já na linha 2, estão soluções associadas à estrutura formal tardo-medieval.

Fonte: Autoria própria.

13

A diversidade de soluções que a casa corrente luso-brasileira incorporou, por meio das "estruturas formais", pode ser considerada um evento importante, no qual se revelam, sobretudo, as transformações ocorridas nas fases de desenvolvimento ou crescimento de cada povoação. Além destas componentes, o fazer-cidade tinha como base o lote godo-medieval¹³ - que, de acordo com as proporções da testada, determinava a variação formal possível de ser adotada - e isto foi determinante para a reprodução da casa corrente luso-brasileira. De acordo com Martins (2021)

A forma básica da casa corrente ainda incorporou modificações em sua "estrutura formal" tanto pela maneira como as edificações assimilaram os padrões construtivos vigentes a cada época - ora gerados na transmissão empírica do saber-fazer popular associado à construção ora configurados na utilização de modelos - , quanto pela reprodução ou não do "lote godo-medieval". Estes aspectos correspondem sobretudo à existência de uma dupla polaridade para a casa corrente, em primeiro lugar determinada enquanto objeto arquitetônico - portanto, o resultado da junção equilibrada entre as dimensões plástica, funcional e construtiva - e, consecutivamente, enquanto objeto urbano - ou seja, como a unidade parcelar que ao ser unida a outras casas estabelecia a massa edificada e configurava a forma da povoação. (Martins, 2021, p. 32)

¹³ Luisa Trindade (2013) utilizou esta denominação para se referir ao tipo predominante de lote no urbanismo de origem portuguesa, marcado pelas características morfológicas das parcelas, que eram definidas por testadas estreitas e grande profundidade. A contração "godo-medieval" corresponde à origem do tipo, introduzida no Norte de Portugal pela migração goda e estendida a todo Reino na Alta Idade Média durante a Reconquista Cristã.

Se por um lado havia uma cultura construtiva ou modelos arquitetônicos que determinavam os padrões para a construção, por outro, a tipologia do lote tornava-se elemento fundamental para a reprodução da casa corrente luso-brasileira. O tamanho da testada da parcela cedida ao proprietário determinaria qual a variação formal possível. Neste sentido, pode-se perceber flutuações nas dimensões das frentes das habitações, conforme o status da rua nas antigas povoações regradas pelas Casas de Câmara. Nas ruas principais (direita ou nova), as frentes eram um pouco maiores, para comportar a concentração comercial; enquanto nas ruas periféricas, adotavam-se testadas menores. Já nos arrabaldes ou nas povoações desprovidas do controle camarário, seriam comuns terrenos de maiores proporções, fugindo-se a regra do lote godo-medieval.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida demonstrou que a compreensão da casa urbana de matriz luso-brasileira depende fundamentalmente da articulação entre duas dimensões estruturantes: as variações formais - entendidas como expressões tipológicas derivadas dos partidos arquitetônicos - e as estruturas formais, que revelam os padrões construtivos, funcionais e plásticos resultantes da circulação de modelos arquitetônicos entre Portugal e Brasil entre os séculos XVII e XIX. Essa conjugação permitiu superar limitações historiográficas anteriores, marcadas ora pela visão modernista de ausência de diversidade tipológica. A proposta de releitura apresentada evidencia, portanto, que a casa corrente luso-brasileira não constitui um conjunto homogêneo, mas um fenômeno arquitetônico e urbano complexo, condicionado tanto por legislações, práticas construtivas e métodos normativos, quanto por contingências locais como a lógica do lote godo-medieval e as dinâmicas de reprodução dos tecidos urbanos.

Além de fornecer um quadro sistemático para o estudo da casa urbana nas antigas povoações brasileiras, os resultados obtidos abrem novas frentes para aprofundamentos futuros. O método proposto pode ser ampliado para diversos contextos regionais, permitindo testar a aplicabilidade das categorias em diferentes formações urbanas do território brasileiro. Também oferece subsídios para pesquisas que articulem morfologia arquitetônica, cultura construtiva e história urbana, sobretudo no campo do patrimônio edificado, onde a distinção entre casa corrente e casa senhorial pode auxiliar tanto diagnósticos quanto na criação de diretrizes de conservação. Ao propor uma abordagem replicável e afinada com a historiografia da casa corrente, esta investigação contribui para um entendimento mais preciso da diversidade tipológica em torno da casa e constitui um ponto de partida para análises comparativas e futuras revisões críticas sobre a formação da arquitetura luso-brasileira.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFMG, bem como, às instituições de fomento Capes e CNPQ pela oferta de bolsas, que ajudam a promover o trabalho de pesquisa do qual este artigo é fruto.

6. REFERÊNCIAS

CARITA, Helder. **Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CASTILHO, Liliana A. M. Onde Moravam os Outros? – A Casa Corrente na Época Moderna (A Cidade de Viseu como Estudo de Caso). **Revista do CITCEM**, Porto, CEM, n. 6, p. 61-72, nov. 2015.

DELSON, Roberta M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1979.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1991.

LEMONS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. 83p. (Repensando a História)

LEMONS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARINS, Paulo C. G. **Através da Rótula: Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XIX**. São Paulo: Humanitas, 2001.

MARTINS, Régis E. **A Casa Corrente Luso-Brasileira em Minas Gerais: Releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes** (Séculos XVIII e XIX), 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

REIS FILHO, Nestor G. **Evolução Urbana no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TOMÉ, Manuela M. J. **Setúbal: Tipologia e Tipologia Arquitetônica Séculos XIV-XIX – Memória e futuro da imagem urbana**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017.

TRINDADE, Luisa. **O Urbanismo na Composição de Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.